

### 3

## AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES DE *O 18 DE BRUMÁRIO* NO BRASIL: OS TROTSKISTAS E O CONCEITO DE BONAPARTISMO NA DÉCADA DE 1930

Carlos Prado<sup>1</sup>

*O 18 de brumário de Luís Bonaparte* de Marx é considerado por diversos comentadores como um dos seus textos mais brilhantes. No entanto, é, ainda hoje, uma obra pouco investigada. No Brasil, foi apenas no final da década de 1960 que surgiu o primeiro trabalho acadêmico que a tomou como objeto de estudo.<sup>2</sup> Também cabe destacar que foi somente em 1969 que foi lançada a primeira edição brasileira de *O 18 de brumário*, publicada pela editora Paz e Terra. Todavia, desde a virada dos anos 2000 a referida obra de Marx tem suscitado grande interesse e novas dissertações e teses foram produzidas tendo como objeto de investigação os pontos centrais da interpretação marxiana sobre a queda da II República francesa.<sup>3</sup>

Mas o que é pouco conhecido é o fato de que ainda durante a década de 1930, a primeira geração de trotskistas<sup>4</sup> brasileiros foi percussora na

---

<sup>1</sup> Doutor em História pelo PPGH-UFF e professor da FACH-UFMS. Trabalha com temas relacionados à Teoria da História e História do Marxismo. Contato: carlosprado1985@hotmail.com

<sup>2</sup> Destaca-se a obra de Emir Sader, intitulada *O Estado e a Política em Marx*, publicada na década de 1990, mas escrita no final da década de 1960, durante o curso de pós-graduação em Filosofia (Mestrado). No segundo capítulo desse texto, intitulado *O bonapartismo: o Estado na política de Marx*, Sader discorre longamente sobre a queda da segunda república francesa e a ascensão de Luís Bonaparte ao poder. Apesar de apresentar uma interpretação demasiadamente esquemática e economicista, por muito tempo essa obra foi referência constante em artigos e teses que abordavam a política em Marx.

<sup>3</sup> Entre os trabalhos acadêmicos produzidos nos últimos anos sobre *O 18 Brumário*, cabe destacar BARSOTI (2002); ROCHA (2004); ASSUNÇÃO (2005); SOUZA (2006); COTRIM (2007); ALVES (2010; 2015); SILVA (2011); DEMIER (2012); MUSETTI (2014); CRUZ (2015); OLIVEIRA (2019).

<sup>4</sup> O termo “trotskista” é utilizado aqui como referência aos membros da OEI. Todavia, é necessário esclarecer que estes opositoristas se autodenominavam “Bolcheviques-leninistas” num esforço para afirmarem sua vinculação político-ideológica com a tradição revolucionária da Revolução de 1917. Nas décadas de 1920 e 1930, marcadas por disputas no interior do partido russo e da Internacional, o termo “trotskista” foi utilizado de forma pejorativa pela

utilização das reflexões de Marx sobre o bonapartismo para investigar as peculiaridades da realidade nacional. Como foi observado por Castro (1993; 1999; 2000), a Oposição de Esquerda Internacional (OEI) no Brasil reuniu os quadros comunistas com a melhor formação teórica. Seus principais dirigentes, entre os quais, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Rodolpho Coutinho e Aristides Lobo, advinham de famílias abastadas, eram intelectuais com formação acadêmica e domínio de línguas estrangeiras.

Estes militantes, a partir de contatos internacionais, tiveram acesso às obras não traduzidas de Marx, especialmente *O 18 de brumário*, e a utilizaram para realizar uma análise inovadora e alternativa àquela que era propagada pelos dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Assim, os trotskistas contribuíram para o avanço da análise sobre a estrutura social brasileira, notadamente sobre a formação do Estado no período pós-1930. Outra contribuição dos opositoristas foi o esforço realizado na tradução e divulgação pioneira de obras de Marx, Engels, Lenin e Trotsky (muitas delas traduzidas por Xavier), publicadas pela Gráfica e Editora Unitas que era propriedade de Salvador Pintaúde, também militante da Oposição.

Ao longo da década de 1930, os trotskistas publicaram diversos jornais, boletins e panfletos que funcionavam como meio propagandístico de suas teses políticas. O principal veículo de divulgação destes grupos foi o jornal *A Luta de Classe*. Essa publicação surgiu em 8 de maio de 1930 pelas mãos do Grupo Comunista Lenine (GCL) e continuou sendo editada pelas outras organizações que a sucederam. Entre pausas e retomadas, por mais de uma década, foram publicados 45 números, dos quais, 36 estão disponíveis para consulta no acervo do CEMAP-Unesp.

Destacando o contexto internacional, as organizações vinculadas à OEI se caracterizavam como “grupos de resistência” à degeneração que atingia os partidos orientados pela Internacional Comunista (IC) burocratizada. A primeira organização brasileira que se aproximou dos opositoristas foi o já citado GCL, formado em maio de 1930 a partir de uma série de cisões que ocorreram no PCB em 1928 e 1929. Já em 1931, os remanescentes dessa organização fundaram a Liga Comunista (LC) que em 1933 passou a se chamar Liga Comunista Internacionalista (LCI) e se manteve ativa até o final de 1936. Mesmo com o fim da Liga, os trotskistas se mantiveram organizados e formaram o Grupo Bolchevique-Leninista (GBL). Este, por sua vez,

---

burocracia stalinista e remonta as críticas direcionadas à Trotsky desde as primeiras divergências em 1904. Apenas após o assassinato de Trotsky em 1940, o termo perdeu o caráter negativo e passou a ser aceito pelos militantes que reivindicavam o seu legado teórico.

se fundiu com a Oposição Classista do PCB, expulsa por criticar a insurreição fracassada de novembro de 1935. A fusão, articulada em um presídio, ocorreu em janeiro de 1937, na cidade do Rio de Janeiro, criando o Partido Operário Leninista (POL).

Posteriormente, já em 1939, a direção do POL se aproximou do Comitê Pró-Reagrupamento da Vanguarda Revolucionária do Brasil, dissidência do PCB liderada por Hermínio Sacchetta e, gradualmente, conseguiram a adesão destes às teses trotskistas. Em agosto de 1939, uma nova fusão deu origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR) que existiu até o fim da década de 1940, quando foi dissolvido. De acordo com Karepovs, Marques Neto e Löwy (2007), o rompimento de Pedrosa com o Trosky<sup>5</sup> e o surgimento do PSR demarcaram o fim da primeira geração de Trotskistas brasileiros.

O objetivo do presente artigo é, a partir das publicações dos grupos trotskistas da década de 1930, apresentar e analisar a utilização da obra *O 18 de brumário*, na interpretação das relações entre as classes e o Estado brasileiro neste período. Num primeiro momento, evidencia-se que o GCL se utilizou de referências ao bonapartismo para compreender o papel desempenhado por Luís Carlos Prestes. Posteriormente, investiga-se como este mesmo grupo utilizou-se da noção de Estado autônomo para caracterizar o Estado que surgiu após a “Revolução de 1930”. Por fim, investiga-se a análise que o POL apresentou sobre o Estado Novo de Vargas, relacionando este com o bonapartismo.

## 1. Os trotskistas e a análise do papel de Luís Carlos Prestes

Já no primeiro número de *A Luta de Classe*, publicado em 8 de maio de 1930, o GCL apresentou um texto bastante polêmico, intitulado “Cavaleiro da esperança... da burguesia ou militante comunista?”. Trata-se de um breve artigo que toca em um ponto central da política nacional daquele período, ou seja, da discussão em torno do papel político de Luís Carlos Pres-

---

<sup>5</sup> Em 1939, Pedrosa acompanhou de perto os debates sobre a URSS no seio da IV Internacional. Mesmo após a revelação do pacto de não agressão assinado por Hitler e Stalin, Trotsky reafirmou sua posição de que era dever dos militantes opositores manter a política de defesa incondicional da URSS. Discordando dessa posição, Max Shachtman, membro da seção dos EUA e da direção internacional, rompeu com o trotskismo. Pedrosa se posicionou a seu favor e também se afastou, deixando o PSR sem contato com a Internacional. Ao voltar para o Brasil, tentou organizar outro grupo socialista, não-trotskista, em torno do jornal *Vanguarda Socialista*, no interior do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

tes. Os oposicionistas enfatizaram que nos últimos anos havia se criado uma mística em torno do nome de Prestes. Principalmente a partir das ações da Coluna, percorrendo o interior do país, o tenente apareceu nas publicações burguesas e até comunistas, como um nome envolto de simbologia que se expressava no título de “Cavaleiro da Esperança”.

Nesta perspectiva, diversos partidos que faziam oposição à oligarquia cafeeira encontraram na figura de Prestes uma personagem que gostariam de atrair para angariar apoio das massas. Não apenas o PCB, mas também os liberais, realizaram reuniões e encontros com o líder tenentista, sempre em busca de um acordo político.<sup>6</sup> Prestes havia se tornado um nome da resistência, da luta contra a oligarquia cafeeira. Como a ideologia e o programa do tenentismo era demasiado genérico e abstrato, ele passou a atrair diferentes grupos: “Todos faziam do Chefe da Coluna Prestes a menina política dos seus olhos” (GCL, 1930a, p. 1).

Os trotskistas estavam interessados em desvelar quem era Prestes e qual a classe que ele representava. Apontaram que o tenente tinha um programa eclético e não assumia nenhuma posição de classe, buscava aparecer apenas como um indivíduo interessado numa reforma social e moral indeterminada: “não é membro de nenhuma classe: não faz parte integrante nem da grande, nem da pequena burguesia. É um componente do Estado. Serve aos interesses das classes dominantes, sejam quais forem, que detenham as rédeas do governo” (GCL, 1930a, p. 1). Ao contrário da interpretação dos pecebistas, que apontavam Prestes como um líder da pequena-burguesia revolucionária, os trotskistas afirmaram que seu discurso e seu programa buscavam colocá-lo acima das classes sociais, mas sempre servindo às classes dominantes e em busca do controle do Estado. Por conseguinte, concluíram que o chefe militar da coluna se apresentava como “uma individualidade, um general de mão no punho da espada, à espera do momento próprio da ação... bonapartista” (GCL, 1930a, p. 1).

Essa foi, provavelmente, a passagem que introduziu no vocabulário marxista brasileiro o conceito de bonapartismo. Para os trotskistas, Prestes vinha apresentando as características de um Napoleão. Uma figura de carreira militar reconhecida que se apresentava como indivíduo acima das classes e que poderia ser ao mesmo tempo aclamado pelas massas e apoia-

---

<sup>6</sup> “Durante muito tempo ela [a direção do PCB] traçou a linha política do Partido em torno da pessoa do “cavaleiro da esperança”. E era de ver quem – dos partidos burgueses ao PC – se enfeitava com as missangas mais cativas e as cores mais sedutoras para conquistar o “general” Carlos Prestes.” (GCL, 1930a, p. 1).

do pela burguesia. O seu programa genérico indicava que caso assumisse o controle do Estado não tocaria na lógica estrutural de produção, garantindo o domínio do capital e ainda apareceria como o benfeitor das classes baixas e médias.

Três semanas após a publicação deste texto em *A Luta de Classe*, Prestes lançou o seu “Manifesto de maio”, no qual buscou uma aproximação com a classe trabalhadora e com o PCB, e ainda apresentou uma série de críticas ao tenentismo, especialmente aos seus ex-companheiros que estavam apoiando a Aliança Liberal. Diante da nova manifestação de Prestes, o GCL apresentou um novo texto, no qual já se notam mudanças importantes na avaliação político-ideológica apresentada anteriormente. A interpretação de que Prestes era um potencial candidato à Bonaparte foi deixada de lado.

Em “O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes”, texto publicado no segundo número de *A Luta de Classe*, os opositoristas afirmaram que o Manifesto apresentava um enorme esforço do ex-chefe da coluna em se definir politicamente e que, por isso, representava um importante passo à frente. Assim, salientaram que Prestes havia reconhecido “o erro da sua atitude anterior com que daqui destas colunas o acusamos, e procurou tomar posição na luta de classes, sem se incomodar de sacrificar a popularidade, ou mesmo sabendo que ia ficar abandonado pelos seus antigos companheiros” (GCL, 1930b, p. 4).

Neste novo artigo, ressaltaram que Prestes havia abandonado o discurso bonapartista, não era mais o general que pairava acima das classes, pois buscou definir seu posicionamento e se colocou ao lado das massas populares, o que o afastou das soluções liberais e o levou ao rompimento com os demais líderes tenentistas pequeno-burgueses. Nesse sentido, os trotskistas apontaram que Prestes havia avançado em suas posições. Apesar de apresentar equívocos, havia a pretensão de que ele tomasse uma posição realmente revolucionária: “Reputamos o manifesto como um documento de transição. Sua insegurança ideológica é manifesta. Muitas expressões, muitos lugares comuns burgueses ainda atravancam o estilo do manifesto, em prejuízo da precisão marxista” (GCL, 1930b, p. 4).

Mas para além do posicionamento político de Prestes, os opositoristas também se empenharam em analisar e criticar a interpretação econômico-social que o Manifesto apresentava sobre o Brasil. Apontaram que a concepção do ex-chefe da coluna era muito similar àquela defendida por Octávio Brandão e pelos pecebistas: “parece até um decalque do Agrarismo

e Industrialismo” (GCL, 1930, p. 4).<sup>7</sup> De acordo com os trotskistas, Prestes reproduziu a perspectiva dualista, enfatizou que o Brasil era um país exclusivamente agrário e feudal, dominado pelo latifúndio e pelo imperialismo e que, portanto, era preciso lutar pela independência nacional. Assim, criticaram Prestes por subestimar a luta entre capital e trabalho, menosprezando o desenvolvimento da classe operária, das forças burguesas e do próprio capitalismo:

Dessa análise é que parte o manifesto para declarar uma luta de morte, total, contra – nomeadamente – os senhores da terra, fazendeiros, contra a burguesia agrária, vulgo feudal, e contra o imperialismo. E é aqui que se revela em toda a sua gravidade, a grande omissão sintomática do manifesto. [...] queremos nos referir à completa ausência de referência à burguesia nacional das grandes cidades, à burguesia industrial, à grande burguesia comercial e bancária, que se nota no manifesto. Será possível que o autor do manifesto negue a existência dessa burguesia? (GCL, 1930b, p. 4).

Para os opositoristas brasileiros, Prestes reproduzia os mesmos erros que o PCB. Eles apontaram uma confluência entre a concepção pecebista e a do ex-tenente. Ambas apresentavam a estrutura econômica brasileira como pré-capitalista e não reconheciam o antagonismo entre capital e trabalho. Assim, a luta de classes dava lugar à luta entre o campo e a cidade e entre o nacional e o internacional. Por conseguinte, o programa apresentado no “Manifesto de maio” era radical quando se dirigia contra as estruturas “feudais” e contra o imperialismo, apontava a necessidade de uma revolução agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras, mas era conservador quando apresentava as reivindicações dos trabalhadores: “E nem uma palavra sobre o programa verdadeiramente proletário-socialista” (GCL, 1930b, p. 4).

O programa que emergia da análise de Prestes, de forma similar ao PCB, não se direcionava à revolução socialista, mas a uma transformação

---

<sup>7</sup> A tese fundamental, defendida pelo PCB e elaborada por Octávio Brandão (2006) em *Agrarismo e industrialismo*, é a de que o Brasil se caracterizava por uma oposição entre os interesses dos produtores de café e a burguesia industrial. De um lado, uma economia agrária-feudal baseada no latifúndio e na servidão e, de outro, uma economia urbano-industrial fundada na produção em série e no trabalho assalariado. Assim, a partir de uma interpretação dualista da estrutura econômica brasileira, Brandão desenvolveu uma visão esquemática e etapista da História. A estratégia daí derivada visava uma “Revolução democrático-burguesa” no padrão inglês e francês. Tal teoria é similar àquela que a IC burocratizada começara a difundir a partir do V Congresso.

em favor do desenvolvimento da indústria e da burguesia nacional: “o que se tende (embora inconscientemente) é – para a formação de um capitalismo nacional, tendo por base no campo a pequena propriedade ao lado das grandes empresas agrícolas, e na cidade, a burguesia industrial” (GCL, 1930b, p. 4).

Os opositoristas do GCL apontaram justamente para a questão teórica e programática. Os pecebistas e Prestes apresentavam a mesma interpretação da estrutura econômica brasileira e, por conseguinte, ambos acabavam por reproduzir a estratégia menchevique, ressuscitada por Stalin, da revolução em etapas. Os trotskistas denunciaram que, ao subestimar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Prestes incidia no mesmo erro da direção stalinista do PCB, camuflava a luta de classes e adiava as tarefas propriamente socialistas para um futuro indefinido.

Neste primeiro momento, apesar da confluência existente, os pecebistas orientados pela política ultra esquerdista do VI Congresso da IC rechaçaram o acordo com Prestes. Não obstante, após exilar-se na URSS, o ex-tenente retornou ao Brasil no início de 1935 com a incumbência de, após um novo giro tático da burocracia stalinista, ser o fomentador da Frente Popular brasileira e garantir a adesão do PCB à Aliança Nacional Libertadora. Os levantes de novembro de 1935 fracassaram e os trotskistas seguiram denunciando a política stalinista encabeçada no Brasil pela figura de Prestes<sup>8</sup> que permaneceu fiel até sua morte às orientações da burocracia soviética.

## 2. A interpretação trotskista sobre a Revolução de 1930

A interpretação que os trotskistas realizaram sobre a Revolução de 1930 se difere daquela apresentada pelo PCB. Trata-se de uma análise que encontra suporte numa investigação original sobre a formação social do Brasil, repudiando a teoria dualista que Brandão construiu ao longo da década de 1920. Foi no artigo “Aos trabalhadores do Brasil”, publicado no *Bo-*

---

<sup>8</sup> Em artigo publicado em abril de 1936 em *A Luta de Classe*, n. 28, os trotskistas fizeram um balanço sobre o fracasso da insurreição e apontaram de forma bastante clara a relação entre o prestismo e o stalinismo: “Mais cedo do que esperávamos as nossas previsões foram inteiramente confirmadas: o aliancismo stalinista com o seu “fuhrer” Luís Carlos Prestes à frente, acabou tentando um “putsch” militar na impossibilidade de arrastar a massa à revolução. Desta forma, o sórdido oportunismo ideológico em que caíram os stalinistas foi coroado pelo aventureirismo golpista mais descabelado”. (LCI, 1936, p. 1).

*letim da Oposição*, em janeiro de 1931, que a análise dos oposicionistas sobre os acontecimentos de outubro de 1930 começou a se delinear.

Os oposicionistas da LC foram os primeiros a lançar a leitura de que a Revolução de 1930 efetivou um “acordo”, no sentido de que significou um reajuste das relações econômicas e políticas no Brasil, se adequando à nova realidade do capitalismo internacional. Apesar de não usarem o conceito de bonapartismo de forma explícita, ele está implícito na análise da LC. Eles argumentam que a queda da oligarquia cafeeira paulista diante da falência do modelo agroexportador teria possibilitado a realização de um novo “acordo” burguês, ou seja, uma reorganização da produção sob uma base capitalista ainda mais desenvolvida, organizada e centralizada. A raiz bonapartista deste acordo estaria na incapacidade de uma fração burguesa ocupar o lugar hegemônico deixado pelos produtores de café. As burguesias regionais dissidentes e o proletariado não reuniam condições de dirigir o Estado de forma direta de acordo com seus interesses. Neste cenário, o poder executivo ocupou um papel cada vez mais central, revelando uma autonomia relativa diante das classes.

Nas palavras dos oposicionistas: “Esse acordo geral será no Brasil burguês a última forma conciliatória da centralização do Estado, processo econômico de desenvolvimento capitalista, e a forma federativa, garantia da unidade política” (LC, 1931, p. 9). Em meio à crise econômica que levou ao acúmulo de sacas de café sem compradores, a burguesia paulista se viu diante da necessidade de deixar o poder, realizando uma aliança forçada pela diversificação da produção: “a burguesia afogada nos estoques de café e de tecidos, abdica nas mãos de uma ditadura militar todo o controle do Estado, apavorada pelo desenvolvimento da crise econômica, unindo-se numa “santa aliança” cimentada pelo suor do proletário” (LC, 1931, p. 8-9).

Deixando de lado a concepção de que havia um conflito entre o campo (feudal e agrário) e a cidade (burguês e industrial), a LC apresentara uma interpretação mais sofisticada que os comunistas, apontando que a queda do Partido Republicano Paulista (PRP) e a ascensão de Getúlio Vargas representou um “acordo geral”, uma “última forma conciliatória” ou ainda uma “santa aliança” entre as mais diversas frações burguesas.

Marques Neto (1993, p. 182) e Silva (2002, 140-143) salientaram que a interpretação desenvolvida por Boris Fausto em *A Revolução de 1930* era bastante próxima daquela desenvolvida pelos oposicionistas. Ambos autores mostram similaridades entre a interpretação da LC e a noção de “Estado de compromisso” utilizada por Fausto (1982, p. 104-105):



O acordo se dá entre várias frações da burguesia; as classes médias – ou, pelo menos, parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo, entretanto, uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável.

Não obstante, em seu trabalho sobre *O longo bonapartismo brasileiro*, Felipe Demier (2012), a partir de um minucioso trabalho historiográfico demonstra que o alcance da interpretação dos trotskistas foi muito além da obra de Fausto. Ele apresenta a tese de que o conceito de bonapartismo que começou a ser desenvolvido neste momento pela LC acabou se tornando, posteriormente, um conceito chave para a investigação da sociedade brasileira pós-1930 sendo utilizado em várias pesquisas acadêmicas histórico-sociológicas, estando inclusive na base do conceito de populismo:

De forma explícita ou implícita, a categoria de bonapartismo está presente como um elemento estruturante em muitos conhecidos estudos sobre o Brasil Contemporâneo produzidos pela academia no pós-1964. [...] uma “teoria do bonapartismo” – embasou interpretações sobre o processo sócio-político brasileiro do pós-1930 realizadas por autores como Leôncio Martins Rodrigues, Carlos Estevam Martins, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e o próprio Ruy Marini. [...] Desse modo, a “teoria do bonapartismo” foi a base fundamental daquela que se tornaria conhecida como a “teoria do populismo (brasileiro)”, formulada e desenvolvida, nos anos 60, 70 e 80, por autores marxistas como Francisco Weffort, Octavio Ianni, Régis Castro Andrade, René Dreifuss, Décio Saes e Armando Boito Jr. (DEMIER, 2012, p. 3-4).

Demier ainda destaca a existência de uma relação entre essas interpretações acadêmicas e aquelas elaboradas pelas organizações políticas que, no início da década de 1930, já apontavam o caráter bonapartista da dominação de classe desenvolvida no país. Por fim, Demier (2012, p. 264) argumenta que Weffort utilizou a noção de “Estado de compromisso” antes de Fausto. Em ambos os autores o “compromisso” seria resultado da debilidade política dos grupos dominantes dissidentes em tomar a direção do Estado substituindo a oligarquia cafeeira paulista.

Ao interpretarem o cenário político brasileiro após a vitória da Aliança Liberal, os opositoristas destacaram as bases materiais da crise política que colocou fim à Primeira República. Nessa perspectiva, as dificuldades

econômicas dos cafeicultores apareceram como o elemento-chave para o colapso do PRP. A derrocada econômica evidenciou o esgotamento da política de valorização do café sob hegemonia da burguesia cafeeira paulista, e foi o combustível que deu coesão e ampliou as forças das burguesias dissidentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.<sup>9</sup> Diante do agravamento da crise, revelou-se o colapso da República e as burguesias regionais alojadas do poder se lançaram à disputa pelo Estado para reorientar e diversificar a produção.

A interpretação da LC sobre a Revolução de 1930 aponta que ela foi resultado de disputas internas entre as frações burguesas, significando o fim do domínio monopolista dos cafeicultores de São Paulo e a vitória dos grupos dissidentes que almejavam ampliar e diversificar as bases produtivas:

A “república nova”, evangelizada pelos velhos e jovens politiquieiros da “antiga”, auxiliados por um pronunciamento típico de oficiais superiores [...] foi feita em nome da unidade nacional em perigo. A burguesia do Rio Grande do Sul, esquecida das suas tendências separatistas, fez-se assim, campeã da unidade nacional... sob a sua hegemonia política. E foi apeado do governo federal o partido mais representativo dos interesses da burguesia monopolizadora de São Paulo, uma vez vacilante a sua base econômica, caracterizada pela monocultura capitalista. Agora, está-se vendo a burguesia, baseada na policultura, pecuária e indústrias correlatas, fazendo a campanha pela “unidade da pátria” (LC, 1931, p. 8).

Não obstante, como parte do “acordo”, os derrotados não foram totalmente excluídos ou expropriados, mas, realocados no poder. A unidade nacional foi preservada por um governo centralizado, organizado sob bases militares e sob hegemonia da burguesia gaúcha. O Estado que emergiu então, mais intervencionista e regulador, estabeleceu uma nova orientação econômica, deixou para trás o monopólio acolhendo as necessidades das burguesias regionais.

A tese apresentada pelos opositoristas sobre a Revolução de 1930 difere da teoria dualista porque parte de uma interpretação diferente da

---

<sup>9</sup> “No Rio Grande do Sul, a burguesia já se sentia bastante forte para arrebatrar o governo da União das mãos do PRP. Em Minas, a oligarquia dominante, com Bernardes à frente, lutava pela hegemonia política que estava sendo exercida por São Paulo. Quanto ao levante da Paraíba, temos nele um índice dos anseios da burguesia local do Nordeste ambicionando maior liberdade política” (LC, 1931, p. 8).

estrutura social brasileira. Foi no texto intitulado “Esboço de análise da situação econômica e social do Brasil” que os oposicionistas apresentaram de forma mais sistemática esta interpretação. Este artigo foi concluído em outubro de 1930, mas só foi publicado no nº 6 de *A Luta de Classe*, em fevereiro-março de 1931, com a assinatura de M. Camboa e L. Lyon, pseudônimos de Mário Pedrosa e Lívio Xavier. O texto também foi traduzido por Benjamin Peret e publicado simultaneamente no jornal oposicionista francês, *La Lutte de Classe*, nº 28-29.

Del Roio considera o Esboço “a mais consistente reflexão do ponto de vista marxista sobre a formação social brasileira” (1990, p. 171) daquele período e, de acordo com Ferreira (2005), o artigo está entre os três principais textos produzidos pelo pensamento marxista na década de 1930.<sup>10</sup> Escrito enquanto o processo “revolucionário” ainda estava em curso, Pedrosa e Xavier apresentaram interessantes reflexões teóricas. Por meio de uma análise diacrônica e sincrônica, buscaram compreender a crise econômica e política à luz do desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. A investigação parte do processo de colonização, analisa a formação do Estado brasileiro, a República e a crise da oligarquia em curso, buscando trazer à tona a estrutura econômica brasileira, sua inserção no mercado mundial e o papel das classes sociais.

Ao analisarem o capitalismo brasileiro e sua inserção no mercado internacional, Pedrosa e Xavier destacaram o papel do imperialismo. Segundo os autores, a inserção subordinada da economia brasileira no mercado mundial contribuiu para a manutenção da estrutura social baseada na grande propriedade e na produção de produtos primários, especialmente a do café. A atuação das potências capitalistas centrais agravava as contradições internas e determinava o papel da burguesia nacional.

Na contramão da política de conciliação de classe e de alianças, os oposicionistas afirmaram que: “O imperialismo altera constantemente a estrutura econômica dos países coloniais (...) Por essa razão, a burguesia nacional não tem bases estáveis que lhe permitam edificar uma superestrutura política e social progressista” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Pedrosa e Xavier negaram o papel revolucionário que o PCB atribuía à

---

<sup>10</sup> [...] reflexões de Mário Pedrosa e Lívio Xavier elaboradas no texto *Esboço de uma análise da situação econômica e social do Brasil*, de outubro de 1930. Este texto, juntamente com o livro de Caio Prado Jr., *A evolução Política do Brasil e Caminho da Revolução Operária Camponesa*, de Leôncio Basbaum, podem ser considerados os três principais da esquerda marxista brasileira publicados na década de 1930 (FERREIRA, 2005, p. 22-23).

burguesia nacional. Apontaram que esta estava vinculada e subordinada ao imperialismo e operava sob bases incertas, pois a produção era voltada para o exterior: “Daí, sua incapacidade política, seu reacionarismo cego e velhaco e – em todos os planos – a sua covardia” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Da subordinação que a burguesia nacional sofre do imperialismo, os trotskistas não concluíram a existência de um aliado, pelo contrário, afirmaram que era essa mesma subordinação que transformava a burguesia em adversário a ser combatido: “Nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Dessa maneira, negavam qualquer papel progressivo às classes capitalistas. A leitura que Pedrosa e Xavier apresentaram sobre a incapacidade política burguesa não coincide apenas com a leitura de *O 18 de brumário*, mas também está de acordo com as teses da *Revolução Permanente* de Trotsky (2011) que determinam que nos países de capitalismo atrasado, a burguesia nacional não tem condições de desempenhar qualquer tarefa revolucionária.

Em outra passagem, a referência ao *O 18 de brumário* é ainda mais explícita. Pedrosa e Xavier (1931, p. 3) observaram: “É assim que se repete na fase imperialista a subordinação da sociedade ao poder executivo, na qual Marx via a expressão da influência política dos camponeses parcelários”. O imperialismo cumpria um papel decisivo ao fomentar a hipertrofia do poder executivo. Diante destas condições, a indústria só poderia se desenvolver se estivesse entrelaçada com o Estado. Apoiando-se em Trotsky, acrescentaram:

As exigências do desenvolvimento industrial obtêm, como condição essencial, o apoio direto do Estado: a indústria nasce ligada ao Estado pelo cordão umbilical. O reforço gradativo do poder executivo é, aliás, um processo regular e sistemático do desenvolvimento em países politicamente secundários, como o demonstra Trotsky com relação à Rússia czarista. (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Para os opositores, as condições do desenvolvimento capitalista no Brasil eram similares às da Rússia. Em terras brasileiras a monarquia já havia sido derrubada, mas as comparações ainda eram válidas, uma vez que a República se constituiu tendo no poder executivo a sua força determinante: “A apologia de governos fortes, a divinização da ordem, o ataque contra

a democracia e o liberalismo foram os pontos principais da ideologia reacionária” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Ao destacarem o crescimento do poder executivo e a dependências que as frações burguesas tinham do Estado, realizaram uma analogia com a França do século XIX e demonstraram que no Brasil a primeira República caía diante da incapacidade burguesa em solucionar as suas contradições e em garantir as liberdades democrática da República burguesa:

No Brasil todas as classes estão subordinadas ao executivo e as palavras de ordem liberais, mesmo as mais banais, tem, para o governo, um caráter subversivo. [...] Os chamados liberais aplaudem a repressão policial quando esta exerce contra as organizações proletárias. Marx escreveu que, na véspera do golpe de Estado de Napoleão III, a burguesia francesa tachava de heresia “socialista” o que ela qualificava, anteriormente, como “liberal” e reconhecia, desse modo que, para conservar intacto seu poder social, era mister romper seu próprio poder político e que a burguesia não pode continuar a explorar as outras classes e a gozar tranquilamente da propriedade, da família, da religião e da ordem, senão com a condição de ver sua classe condenada à mesma nulidade política que as outras classes e, assim, proclama sua dominação *política* incompatível com sua segurança e sua própria existência. (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3).

Para Pedrosa e Xavier, a centralização do poder estatal não aparecia como uma ruptura, mas como resultado do desenvolvimento capitalista. “Sob o regime burguês, o aparelho estatal tende a evoluir naturalmente para uma centralização crescente” (CAMBOA [PEDROSA]; LYON [XAVIER], 1931, p. 3). Ainda apontam que o Brasil reunia condições particulares que acentuavam e aceleravam o processo de hipertrofia do poder executivo. Segundo os autores, diversos fatores eram favoráveis para esse desenvolvimento bonapartista, entre os quais, a baixa densidade populacional, o predomínio da agricultura, a ausência da renda fundiária, a divisão política, o impulso industrial progressivo e a pressão imperialista. Em suma, como resultado do “desenvolvimento desigual do capitalismo” surgia um Estado forte e centralizado que atuava ao lado da burguesia nacional e internacional.

Já em 1932, após a derrota dos constitucionalistas paulistas, os trotskistas voltaram a utilizar a teoria bonapartista para compreender o processo de evidente fortalecimento do Estado:

A perspectiva de um desenvolvimento bonapartista se impõe, dadas as condições atuais das relações entre as classes. A grande burguesia nacional foi derrotada militar e politicamente com a derrota da rebelião paulista. A pequena burguesia, menos do que em qualquer outra parte, não tem condições de criar um movimento político independente, capaz de assegurar-lhe um predomínio político mais demorado no país. O proletariado, no estado rudimentar de organização em que se encontra, sem a menor escola política, desorientado (...) não atua como devia sobre os acontecimentos políticos, vivendo como que à margem da história política dos nossos dias. São condições essas que tornam possíveis a instauração do bonapartismo, como todo o seu cortejo de miséria e corrupção (LC, 1932, p. 2).

Essa passagem elucida de forma bastante clara a incapacidade das classes burguesa e proletária em tomar o poder do Estado e construir o seu projeto político. Destaca-se que ao se referir ao proletariado, a análise da LC é bastante similar àquela traçada por Marx sobre o proletariado francês que, após a derrota das jornadas de junho em 1848 e a repressão desencadeada, estivera distante das lutas políticas e, incapaz de intervir diretamente, fora conduzido “à margem da história”.

Para os trotskistas a ascensão do governo Vargas foi resultado da incapacidade das classes sociais controlarem o poder estatal, abrindo espaço para a formação de um Estado cada vez mais autônomo e militarizado. Estas primeiras interpretações lançadas pelos trotskistas elucidaram a centralização do poder executivo e sua capacidade cada vez maior de flutuar sobre as classes sociais. É a partir da centralidade que o Estado ocupa que os oposicionistas compreenderam a nova estrutura política pós-1930.

### **3. A análise trotskista sobre o Estado Novo**

A teoria bonapartista voltou a ser reafirmada pelos trotskistas a partir do Golpe de Estado de Getúlio Vargas de 10 de novembro de 1937, quando este outorgou uma nova constituição e deu início ao Estado Novo. Neste momento, os oposicionistas estavam organizados no POL. Um mês após o golpe, na edição nº 34 de *A Luta de classe*, no artigo intitulado “O golpe de Estado Bonapartista”, os trotskistas apresentaram uma análise inicial sobre o golpe e seu caráter.

Nesta primeira interpretação sobre o Estado Novo, os opositoristas apontaram que Vargas havia realizado um “golpe de Estado bonapartista” e que este culminou na consolidação de um “regime fascista” (POL, 1937b, p. 1). De imediato o que mais chama a atenção é a argumentação contraditória de que o golpe encabeçado por Vargas apresentava um caráter “bonapartista”, mas teria dado origem a um governo caracterizado como “fascista”. Logo nos dois primeiros parágrafos do texto fica bastante evidente essa confusão de conceitos.

Ao apresentar um breve histórico sobre o golpe, os opositoristas argumentaram que no início de 1937 a pressão externa e de setores da burguesia nacional em torno da sucessão presidencial obrigou Vargas a recuar em suas ações centralizadoras e autoritárias. Assim, foi suspenso o Estado de Guerra e concedido anistia aos presos políticos. Diante desse aparente afrouxamento político, o POL argumentou que as direções operárias não souberam aproveitar a oportunidade: “Não houve tentativa séria de organizar o proletariado”. E em uma crítica direcionada aos stalinistas acrescentaram: “O PC eliminou completamente todo o conteúdo de classe do seu programa e esforçou-se em arrastar a massa a reboque de um dos candidatos burgueses”. (POL, 1937b, p. 1).

Sobre a atuação do PCB é importante ressaltar que após o levante fracassado de novembro de 1935, as organizações políticas foram devastadas por uma longa ação repressiva. No início de 1936, Luís Carlos Prestes e toda a direção do partido acabou na prisão. O Comitê Central foi reorganizado sob a liderança de Bangu (Lauro Reginaldo da Rocha) e durante a campanha eleitoral os pecebistas, seguindo a lógica conciliadora e etapista da “revolução democrático-burguesa”, apoiaram a candidatura de José Américo à presidência, inicialmente o candidato apoiado por Vargas.

Não obstante, os trotskistas argumentaram que mesmo sem apresentar reivindicações revolucionárias e atrelados à candidatura burguesa, surgiram novas organizações operárias que “mostravam claramente que se estava processando um amadurecimento político rápido no seio da massa” (POL, 1937b, p. 2). Por conseguinte, concluíram que esse despertar das organizações operárias teria sido o suficiente para suscitar a retomada das atividades da reação varguista que, sem apoio entre o proletariado, caminhou para o rompimento institucional: “não podendo mobilizar as massas, a reação decidiu pelo golpe bonapartista” (POL, 1937b, p. 2).

Sobre a base de apoio do golpe, os trotskistas destacaram que Vargas era sustentado por um tripé, que consistia na adesão de militares, da

burguesia e do integralismo. O que unia estes três setores heterogêneos em torno do Estado Novo era o temor por “uma mobilização efetiva das massas”, em outras palavras, o “perigo vermelho” (POL, 1937b, p. 2).

Quanto a participação dos integralistas, os trotskistas destacaram que estes cumpriram o importante papel de forjar um apoio popular. A Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista liderada por Plínio Salgado, fundada em 1933, havia construído uma base de apoio e, por isso, de acordo com o POL, coube a esta organização a tarefa de “exprimir o apoio da “massa popular” aos planos de Getúlio” (POL, 1937b, p. 3). Não obstante, uma vez consolidado o golpe sem qualquer resistência, Vargas não se mostrou disposto a dividir o poder com os integralistas e veio o rompimento. A AIB foi posta na ilegalidade.<sup>11</sup>

Mas o que realmente aproxima a interpretação do POL à teoria do bonapartismo é a identificação de uma crise política das organizações burguesas e proletárias. Ambas se mostraram incapacitadas de consolidar o seu poder e tomar o Estado sob a sua direção. De forma bastante similar à análise realizada por Marx, os trotskistas apontaram que a burguesia temia os resultados das eleições e um amadurecimento político e organizacional das forças operárias e, por conseguinte, almejando a estabilidade de um governo centralizado “apelou para as forças armadas visivelmente mancomunadas com Getúlio e conscientes do papel que iam desempenhar” (POL, 1937b, p. 2).

Para os trotskistas, a burguesia nacional, retardatária e atrelada ao imperialismo, ambicionava um Estado cada vez mais centralizador e autoritário. Dessa forma, sem qualquer vínculo com as liberdades democráticas e com o projeto republicano burguês, preferiu se retirar do jogo político, entregando o comando do Estado a Vargas: “A burguesia se mostrou incapaz de defender as mais mesquinhas migalhas da democracia burguesa que ainda restavam e preferiu entregar a gestão de seus negócios a um governo bonapartista” (POL, 1937b, p. 6).

---

<sup>11</sup> “O integralismo, ao contrário do que faziam crer os acontecimentos que precederam o golpe final, ficou completamente afastado do poder, na situação que acaba de se criar. Este fato foi motivado por uma série de causas importantes. Em primeiro lugar, a ausência de qualquer resistência ao golpe bonapartista tornava dispensável a mobilização da tropa de choque do sigma e a partilha do poder entre Getúlio e Plínio, com vantagens para o segundo que, contando com um partido organizado, poderia com relativa facilidade absorver todo o poder e eliminar Getúlio. Em segundo lugar, Getúlio tentou conquistar uma parte da burguesia [...] e disfarçar até certo ponto o caráter fascista do “estado novo” instituído pela nova “constituição”. (POL, 1937b, p. 3).



Os trotskistas também destacaram a crise da direção proletária. Nesse ponto, reafirmaram suas críticas à direção do PCB que, seguindo a orientação da burocracia stalinista da IC, afastava-se cada vez mais da luta revolucionária.

O stalinismo, amarrando as massas ao carro da burguesia, perdeu completamente a visão dos problemas e ficou impotente em face do avanço brusco e para ele inesperado da reação. Não tentou mobilizar as massas para uma ação concreta contra o golpe de estado e o estado de guerra e continuou confiando na burguesia nacional, no imperialismo “democrático” e no exército “popular” (POL, 1937b, p. 3).

A concepção etapista defendida pelo PCB, em conformidade com o stalinismo, pressupunha que o caráter da revolução brasileira seria democrático-burguesa. Assim, a tarefa que se colocava era a libertação nacional e a luta anti-imperialista. Por conseguinte, a burguesia aparecia como o sujeito revolucionário cuja tarefa era superar o atraso econômico, possibilitando um desenvolvimento propriamente capitalista que, posteriormente, forjaria as condições materiais para uma revolução socialista. Esta teoria colocava em segundo plano a luta entre capital e trabalho e evidenciava a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. Foi amparado nestas concepções burocráticas e contrarrevolucionárias que o PCB imobilizou o proletariado, deixando-o à mercê das forças burguesas.

Nota-se que neste artigo, o POL não apresentou uma análise sistemática sobre a teoria bonapartista e sua relação com o surgimento do Estado Novo. A análise se apoiava fundamentalmente na incapacidade burguesa e proletária de controlar o Estado. Outra fragilidade era a confusão com o fascismo, uma vez que argumentara que o golpe bonapartista deu origem a um regime fascista. Nesse mesmo texto, a caracterização do fascismo também é bastante limitada, os trotskistas apenas indicam que este caráter estaria relacionado à repressão desencadeada ao movimento operário:

Mas a não participação dos integralistas no poder não diminui de modo algum o caráter reacionário e fascista da nova ordem de coisas. Getúlio, em cujas mãos estão concentrados todos os poderes, saberá desempenhar o papel de carrasco das massas trabalhadoras e de verdugo do movimento revolucionário com a mesma perícia e ferocidade de um Plínio Salgado (POL, 1937b, p. 4).

Apesar de algumas limitações e simplificações, deve-se reconhecer que essa análise inicial apresentada pelos trotskistas do POL é bastante

inovadora. Por conseguinte, já na edição seguinte de *A Luta de Classe*, nº 35, os trotskistas identificaram alguns problemas e lançaram uma revisão sobre a análise do Estado Novo. No artigo intitulado “O bonapartismo procura uma base de massa” é possível identificar um avanço na interpretação dos opositoristas.

Logo no início do texto foi reafirmado que o golpe de 10 de novembro deveria ser caracterizado como bonapartista. Mas além disso, acrescentaram que se tratava de uma ação “preventiva” e “contrarrevolucionária”, o que também se aproxima da leitura marxiana sobre o golpe de Napoleão III. Destacou-se que o golpe teve “objetivo fundamental de restabelecer a “paz social” seriamente ameaçada pela campanha de sucessão. [...] o perigo de um amplo movimento de massas cujo desenvolvimento e alcance não podia ser de antemão limitado”. (POL, 1937a, p. 1).

Mais uma vez, reafirmaram a incapacidade política da burguesia e do proletariado em tomar o poder do Estado diretamente para desenvolver seu projeto de classe. Todavia, a grande revisão estabelecida neste artigo foi que, diferentemente do artigo anterior, o POL não classificou o regime como fascista, mas sim, como bonapartista. Demier (2012, p. 330) observou que essa mudança pode ter ocorrido a partir de uma leitura atenta do artigo de Trotsky, *Bonaparitismo e fascismo* que havia sido publicado em setembro na revista *Sob a nova bandeira* que também era organizada e publicada pelos militantes trotskistas.

A partir de então, a ditadura do Estado Novo passou a ser caracterizada pelo POL como bonapartista. Eis a passagem: “O novo regime, devido ao seu caráter bonapartista, não dispõe de uma base de massa sobre a qual se possa apoiar. E a estabilidade do atual governo depende, em última análise, da possibilidade de criar um apoio de massa” (POL, 1937a, p. 1). Nesse trecho fica evidente a caracterização do regime, mas também chama atenção uma diferenciação com a teoria bonapartista apresentada por Marx. Este apontou em *O 18 Brumário* que o regime bonapartista de Napoleão III se apoiava no campesinato, o qual constituía a sua base de massa. Aqui, ao contrário, os trotskistas elucidam a ausência desse apoio popular.

Mas para além desse ponto de divergência, deve-se destacar mais um aspecto convergente entre as análises. Os trotskistas brasileiros também destacaram o papel do Poder Legislativo que não representou nenhuma resistência para o avanço do Poder Executivo. Nesse sentido, apontaram que os representantes do legislativo fomentaram o “descrédito em que as instituições democráticas foram lançadas pela atitude nojenta e covarde

da Câmara e de todos os chefetes pequeno-burgueses” (POL, 1937a, p. 1). O POL não deixou de elucidar que a burguesia parlamentar sancionou o golpe bonapartista de Vargas, abrindo mão de sua influência em nome de um Estado mais centralizado e autônomo.

Já em *A Luta de Classe*, nº 36, de 10 de janeiro de 1938, o editorial intitulado “A demagogia: arma do Estado Novo”, apresenta alguns novos elementos no desenvolvimento da teoria bonapartista à realidade brasileira. Sem recorrer ao conceito de fascismo, os oposicionistas sancionaram: “O governo bonapartista de Getúlio”. E seguiram a argumentação de que este regime ainda carecia de uma base popular de apoio. Sobre essa questão apresentaram mais um elemento na caracterização do regime bonapartista. De acordo com os trotskistas, Vargas recorreu ao nacionalismo para angariar apoio e, dessa forma, apelando aos sentimentos e símbolos nacionais buscou camuflar o caráter burguês e capitalista do seu governo:

O nacionalismo tomou então formas místicas com as numerosas festas cívicas. O departamento de propaganda, [...] empreendeu uma obra de mistificação sistemática. Nos comunicados diários procura convencer as massas que o atual regime é o melhor possível, adaptado à “realidade brasileira” e aos interesses do povo (POL, 1938a, p. 1-2).

O POL apontou que o regime bonapartista de Vargas apelava aos símbolos nacionais e a fórmulas genéricas como a noção de “povo” para camuflar o seu caráter de classe. Para os trotskistas, a utilização de discursos demagógicos era uma ferramenta utilizada para fomentar a ideia de um Estado independente e autônomo que parece flutuar sobre as classes.

Posteriormente, em *A Luta de Classe*, nº 38, de 15 de fevereiro de 1938, o POL apresentou uma nova caracterização do Estado Novo que já aparece no título do editorial, “É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio”. Como se vê, o conceito de bonapartismo deu lugar ao de “ditadura policial-militar”. Não obstante, este não está na contramão da teoria bonapartista, pois trata-se da caracterização que passou a ser utilizada por Trotsky em seus estudos sobre a América Latina.

Após 1937, exilado no México, Trotsky realizou uma investigação minuciosa sobre a realidade histórica e socioeconômica dos países latino-americanos. Nestas análises ele identificou as particularidades do capitalismo na região, bem como suas condições políticas próprias. Trotsky afirmou que o bonapartismo em países de desenvolvimento retardatário apresenta-

va características próprias. O atraso industrial, a fragilidade e a subordinação da burguesia nacional ao capital estrangeiro criavam um cenário particular. Para dar conta destas distinções, ele desenvolveu o conceito de bonapartismo *sui generis*:

*En los países industrialmente atrasados el capital extranjero juega un rol decisivo. De ahí la relativa debilidad de la burguesia nacional en relación al proletariado nacional. Esto crea condiciones especiales para el poder estatal. El gobierno oscila entre el capital extranjero y el nacional, entra la relativamente débil burguesia nacional y el relativamente poderoso proletariado. Esto le da al gobierno un carácter bonapartista sui generis de índole particular (TROTSKY, 2013, p. 154).*

Trotsky percebeu que, diante das particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, não era possível aplicar de forma mecânica o conceito de bonapartismo desenvolvido por Marx. Nestas condições, observou que na América Latina a ampliação do Estado adquiria condições especiais, as quais poderia se desenvolver de duas formas variantes:

*En realidad, puede gobernar o bien convirtiéndose en instrumento del capital extranjero y sometiendo al proletariado con las cadenas de una ditadura policial, o manobrando con el proletariado, llegando incluso a hacerle concesiones ganando de este modo la posibilidad de disponer de cierta libertad en relación a los capitales extranjeros (TROTSKY, 2013, p.154).*

Nesta passagem, Trotsky apresenta as duas modalidades que o bonapartismo tendia a assumir nos países latino-americanos. O Estado poderia se apoiar no imperialismo e submeter a classe trabalhadora a uma ditadura policial-militar ou, ao contrário, se aproximar das massas operárias a fim de barganhar com o imperialismo. Diante de uma burguesia nacional debilitada pela forte presença do capital internacional e sem qualquer tradição democrática, a relação com este era determinante para as estruturas políticas. De acordo com a análise de Trotsky, o Estado bonapartista *sui generis* encontrou no governo de Vargas um exemplo de ditadura policial-militar, enquanto que o governo mexicano de Lázaro Cárdenas era exemplo deste segundo tipo, dotado de um caráter semibonapartista democrático.

Por conseguinte, os trotskistas do POL, a partir desta leitura passaram a identificar o Estado Novo como uma “ditadura policial-militar”. No mesmo editorial de *A Luta de Classe*, nº 38, apontaram que o Estado se tornava cada vez mais autoritário e avançava sobre as organizações operárias.

Diante desse acirramento da luta de classes, apresentaram como pauta central a defesa das liberdades democráticas:

A mobilização das massas para a luta contra o regime atual tem que se fazer em torno das palavras de ordem democráticas. Todas as camadas da população trabalhadora sentem e sentirão cada vez mais a necessidade do direito de reunião, de organização, de greve, etc., indispensáveis para a sua luta contra a exploração feroz que são vítimas (POL, 1938b, p. 1).

É importante evidenciar que os trotskistas seguiram até o final do Estado Novo defendendo que o governo Vargas apresentava um caráter bonapartista. Esta interpretação apresentada pelo POL ganha ainda mais relevância quando comparadas à análise do PCB. Num primeiro momento, os stalinistas caracterizaram o Golpe de Estado de 10 de novembro como Fascista<sup>12</sup>, mas após o rompimento de Vargas com a AIB, seguindo as orientações da burocracia soviética, passaram a defender a formação de uma “Frente única democrática”, cujo objetivo era a “União nacional” contra as forças fascistas, apresentadas naquele momento como o inimigo a ser combatido.

Evidenciava-se que a burocracia stalinista, em favor dos seus privilégios, havia abdicado da revolução social, pois temia que novas revoluções em qualquer parte do mundo, poderiam gerar instabilidade com as potências capitalistas. Assim, a partir de 1937, a revolução democrática-burguesa transforma-se na forma ainda mais abstrata da “revolução popular” que, a partir de uma lógica etapista, defendia o desenvolvimento do capitalismo nacional. Esta concepção aparece de forma bem clara no artigo intitulado “Por uma frente única democrática brasileira”, publicado em meados de 1938 na Revista *Correspondance Internationale*:

[...] deve-se trabalhar para a formação de uma grande frente democrática em todo o país, uma frente nacional destinada a reatar um ao outro, o povo e o governo. [...] Os democratas e, em primeiro lugar os comunistas, apelam ao povo para que ajude o governo, com as armas na mão, para a salvação da integridade e da independência do país, contra todo o *putsch* integralista”. (Apud Carone, 1984, p. 219-220).

---

<sup>12</sup> “Uma das características principais de todo governo fascista é a sua deslavada demagogia. Getúlio não fugiu à regra e desde a primeira hora vem fazendo promessas ao Povo e ao Proletariado, procurando assim consolidar seu governo fascista [...]”. (PCB, 1938, p. 1).

Esta passagem evidencia a estratégia stalinista de cerrar fileiras ao lado do governo Vargas pela defesa nacional. Assim, logo após o início do Estado Novo o PCB abraçou a tese da “União nacional” contra o fascismo e, apesar de lançar algumas críticas à Vargas, atuou pela defesa do seu regime. Tal concepção antirrevolucionária e de conciliação de classes foi sacramentada após a reorganização do PCB em 1943 na Conferência da Mantiqueira.

Em suma, o presente artigo buscou expor as diversas interpretações que as organizações trotskistas da década de 1930 realizaram a partir da teoria bonapartista. Nota-se que estes militantes foram os primeiros marxistas a explorarem a obra *O 18 brumário* para investigar a complexa realidade brasileira. Apesar de alguns problemas e limitações, avanços e recuos na utilização de conceitos, tal teoria foi essencial para que estas organizações realizassem uma análise mais rigorosa, diferenciando-se daquela apresentada pelo PCB. Municiados deste aporte marxiano e das inovações teóricas realizadas por Trotsky em seus escritos sobre a América Latina, os opositoristas conseguiram avançar na investigação das relações entre o Estado, as classes sociais e o capital internacional, apresentando as particularidades da formação política brasileira.

## Referências

ALVEZ, Adamo Dias. **A história do conceito de Bonapartismo**: uma análise semântica aplica ao século XIX e XX. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado em Direito), 2010.

ALVEZ, Adamo Dias. **Elementos Bonapartistas no processo de constitucionalização brasileiro**: uma análise crítico-reflexiva da história constitucional brasileira de 1823 a 1945. Belo Horizonte: UFMG (Tese de doutoramento em Direito), 2015.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. **Pandemônio de infâmias**: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo. São Paulo: PUC (Tese de doutoramento em Ciências Sociais), 2005.

BARSOZZI, Paulo Douglas. **Marx, defensor do estado? O estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano**. São Paulo: USP (Tese de doutoramento em História), 2002.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e industrialismo**: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CAMBOA M. (PEDROSA, Mário) LYON, L. (XAVIER, Lívio). **Esboço de uma análise sobre a situação brasileira**. In: *A Luta de Classe*. n. 6. Ano 2. Rio de Janeiro. Fev-mar. 1931.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. 2 ed. São Paulo: Difel, 1984.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **A oposição de esquerda brasileira: 1928-1934: teoria e prática**. Dissertação (Dissertação de mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo: 1933-1935**. Tese (Tese de doutoramento em História) - PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Os intelectuais trotskistas nos anos 30. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Letras, 2000, p. 137-152.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **Marx: política e emancipação humana (1848-1871)**. São Paulo: PUC (Tese de doutoramento em História), 2007.

CRUZ, Francielle Silva. **Karl Marx e a segunda república francesa: uma teoria sobre a(s) república(s)?** Maringá: UEM, (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais), 2015.

DEL ROIO, Marcos. **A Classe Operária na Revolução Burguesa: política de alianças do PCB: 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930 – 1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário**, 2012, Tese (Doutorado em História) - PPGH, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). In: **Cadernos AEL: Trotskismo**. Vol. 12. n. 22/23, 2005.

GRUPO COMUNISTA LENINE. Cavaleiro da Esperança... da burguesia ou militante comunista. In: **A Luta de Classe**. n. 1. Rio de Janeiro. maio de 1930a.

GRUPO COMUNISTA LENINE. O que dá e o que esconde o manifesto do camarada Prestes. In: **A Luta de Classe**. n. 2. Rio de Janeiro. Junho de 1930b, p. 4.

KAREPOVS, Danis; MARQUES NETO, José Castilho; LÖWY, Michel. Trotski e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de. (Org). **História do marxismo no Brasil: Os influxos teóricos**. Vol. 2. Campinas: Unicamp, 2007.

LIGA COMUNISTA. Aos trabalhadores do Brasil. In: **Boletim da Oposição**. n. 1. São Paulo, Jan. 1931.

LIGA COMUNISTA. Da demagogia à realidade tenentista. In: **A Luta de Classe**. n 9. São Paulo, Jun. 1932.

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA. O desastre de novembro e o naufrágio do prestígio e do stalinismo. In: **A Luta de Classe**. n 28. Ano VI. Niterói, Abr. 1936.

MARQUES NETO, José Castilho. **Solidão revolucionária: Mario Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Silvio Chagas. São Paulo: Centauro, 2000.

MUSETTI, Felipe Ramos. **Da república social à ditadura bonapartista: a crítica da política em O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2014.

OLIVEIRA, Isabela Alline. **Forma política e a crítica ao Estado em Marx**. São Carlos: UFSC. (Dissertação de mestrado em Filosofia), 2019.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Três meses de ditadura Getulista. In: **A Classe Operária**. n. 208. São Paulo. Jan. 1938.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. A demagogia: arma do Estado Novo. In: **A Luta de Classe**. n. 36. Belo Horizonte. 10 Jan. 1938a.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. É preciso organizar desde já a luta contra a ditadura policial-militar de Getúlio. In: **A Luta de Classe**. n. 38. Belo Horizonte. 15 Fev. 1938b.



PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. O bonapartismo procura uma base de massa. In: **A Luta de Classe**. n. 35. Belo Horizonte. 10 Dez. 1937a.

PARTIDO OPERÁRIO LENINISTA. O golpe de Estado bonapartista. In: **A Luta de Classe**. n. 34. Belo Horizonte. 25 Dez. 1937b.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaios históricos e políticos**. São Paulo: Alfa e Ômega: 1979.

ROCHA, Dirlene de Jesus Pereira. **Mário Pedrosa e o Estado Bonapartista militarizado no Brasil de 1964**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Angelo José da. **Comunistas e Trotskistas: a crítica operária à revolução de 1930**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.

SILVA, Josué Nunes da. **Reflexão e prática política em Karl Marx: sobre a emancipação do proletariado**. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Filosofia, Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2011.

SOUZA, Iael de. **Concepção e papel da Política em Karl Marx: uma perspectiva possível do Manifesto do Partido Comunista à Comuna de Paris**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UNESP, Marília, 2006.

TROTSKY, L. **A teoria da revolução permanente**. São Paulo: Sundermann, 2011.

TROTSKY, L. **Escritos latino-americanos: en México (1937-1940)**. Buenos Aires: Ediciones IPS; CEIP Leon Trotsky, 2013.